



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

A contribuição de Charles Wagley para o conhecimento acerca das comunidades tradicionais Amazônicas e o desenvolvimento de uma antropologia interdisciplinar no Brasil

Autoria: Ana Paula Monteiro Souza, Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

O objetivo dessa pesquisa, que está em andamento no âmbito do projeto RENAS IV, é por meio de levantamento bibliográfico, refletir a contribuição da produção acadêmica de Charles Wagley para o conhecimento adquirido acerca das comunidades tradicionais amazônicas. O antropólogo norte-americano Charles Wagley, iniciou seus estudos acerca de comunidades tradicionais ainda nos Estados Unidos, mas foi a partir do trabalho desenvolvido no interior da Amazônia que suas obras mais influentes acadêmica e socialmente foram produzidas. Wagley, desenvolveu na região uma etnografia voltada para a compreensão da realidade multifacetada da Amazônia, sem apelo ao exotismo. Em seus trabalhos o antropólogo prima por um desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais amazônicas, aliando as inovações tecnológicas modernas aos conhecimentos tradicionalmente aplicados no cotidiano desses povos de forma integrada, visando preservar a autonomia dessas comunidades em relação a ações desenvolvimentistas exacerbadas. Wagley, introduz uma antropologia interdisciplinar no trato das comunidades tradicionais amazônicas, que foi perceptível nos trabalhos realizados no SESP (Serviço especial de saúde pública), onde ele buscou relacionar a atuação dos profissionais de diversas áreas de conhecimento, objetivando ampliar o alcance desse órgão no combate a doenças tropicais, e contribuindo para a disseminação de informações



básicas sobre a prevenção e o tratamento das mesmas. Essas operações aconteceram de maneira inclusiva e adaptada para a realidade daqueles indivíduos. O antropólogo, investiu na parceria com estudantes brasileiros sendo responsável por orientá-los na especialização na Universidade de Columbia, incentivando a especialização de antropólogos brasileiros e a continuidade dos estudos amazônicos. A relevância da produção acadêmica de Charles Wagley se faz notar pelo número de referências a sua obra sempre que se trabalha Amazônia, em especial ao livro: Uma comunidade amazônica, deixando evidente a importância para a contemporaneidade do debate suscitado por ele.

[Trabalho completo](#)

A luta pela terra a partir de uma análise do Processo de Formação, Migração e Resistências das Comunidades Negras do Sertão Paraibano.

Autoria: Vivianne de Sousa, Maria Luíza Pereira Leite Maria Eduarda Pereira Leite

A partir do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, buscamos entender o processo de formação e migração nas comunidades Contendas, São Pedro e Pau de Leite, sendo a primeira, situada no município de São Bento e as demais em Catolé do Rocha (PB). Considerando as dinâmicas culturais e emergências identitárias presentes nas referidas comunidades, ensejamos realizar análises sobre os referidos territórios quilombolas, por intermédio do estudo das trajetórias familiares e os processos migratórios geradores de novos espaços de disputa e de reprodução de laços familiares. Este artigo trata-se da pesquisa em andamento que trará elementos para a construção da tese de doutorado. Buscaremos por meio das memórias individuais, e por sua vez, coletivas, compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, razão da indissociabilidade de categorias como terra, work e família. Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras. Os quilombos formam atualmente um movimento de busca e luta pela terra, inclusive esta luta permanece dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pelo precário acesso às políticas públicas e pelos conflitos de terras com os latifundiários. Através do modo de ser, sentir, pensar e agir estabelecem dinâmicas culturais e emergências identitárias, cuja produção de subjetividades resulta de novas formas de sociabilidade. O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão ocorre a partir de 2005, 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988, sendo que os avanços e acesso às políticas ainda não é suficiente para essa população, destacamos que nenhuma dessas comunidades possui RTID e não se avançou no processo de titulação das terras. Buscamos, portanto, desconstruir o princípio de que só as regiões litorâneas receberam africanos escravizados conforme já apontado por Moura (1972) e Galiza (1979). Pensar regionalmente o sertão, conforme fizeram Moreira (1997), Targino (1997), Maia (2015), Cunha (2015) e Rodrigues (1994) nos leva a considerar um contexto circundado por relações de poder baseadas no coronelismo, mandonismo e clientelismo, disputas políticas, traduzindo em espaços de múltiplos significados e disputas. Por sua vez, são as atividades econômicas e a natureza que com suas diferenças constroem esse espaço que não é uniforme, portanto, diversificado. Entre visões romantizadas, caracterizações administrativas, significados do senso comum e teorias sobre esse território, o que queremos destacar é a presença do negro no Sertão, sobretudo seus modos de resistência e o contexto social, cultural, identitário e político que está inserido.

[Trabalho completo](#)

A Militância Feminina na Comunidade Quilombola de Capoeiras ? Macaíba/RN.

Autoria: Ivanildo Antonio de Lima

Este artigo discute como se desencadeia o processo de militância feminina na comunidade Quilombola de



Capoeiras, localizada no município de Macaíba/RN e dentro dessa perspectiva pontuar como está sendo realizado o diálogo com o Movimento Negro e o Estado, principalmente em questões que envolvem identidade, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural e a melhoria de políticas públicas. Por outro lado, contextualizar a trajetória política dessas mulheres, observando como elas se organizam politicamente, bem como, procurar entender como as mesmas constroem seus discursos, sob a influência dos novos círculos sociais e culturais que elas passam a circular para a garantia dos direitos sociais do grupo. Assim, nossa preocupação é observar como as mulheres negras se constroem enquanto categoria de mobilização política e como elas estão debatendo assuntos relevantes para a comunidade.

[Trabalho completo](#)

A rede que a cada ponto é amarrada: a territorialidade dos jongueiros e caxambuzeiros na tríplice fronteira

Autoria: Larissa de Albuquerque Silva

A presente comunicação tem como foco de análise a agência dos ?jongueiros e caxambuzeiros?, categoria compartilhada pelos agentes sociais da pesquisa, membros de comunidades negras e quilombolas situados na junção entre os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Brasil). Nessa tríplice fronteira entre os referidos estados, mais precisamente entre o Sul do Espírito Santo, Norte e Noroeste Fluminense e Sudeste de Minas Gerais, foi observado a constituição de uma ampla rede de festas devocionais ligadas a prática do Jongo e Caxambu. A partir desse contexto, interrogo-me aqui sobre a formação de um circuito festivo, na intenção de, neste momento, descrever as primeiras análises sobre a constituição de relações imersas em conjuntos significativos desses agentes étnicos na produção de territorialidades específicas a partir das pesquisas etnográficas iniciadas no ano 2012, ainda enquanto bolsista do Programa de Pesquisa e Extensão ?Jongos e Caxambu: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo? (PROEXT/UFES). Dessa maneira, nota-se um movimento intenso de reivindicações culturais por direitos relacionados à garantia do patrimônio cultural e dos territórios tradicionais, especialmente quilombolas, o que transforma uma ?região? em um território reivindicativo a partir da agência dos sujeitos políticos em busca de seus direitos étnico-raciais (BOURDIEU, 1989). Em suma, a presente proposta tem seu vínculo na Antropologia Social, com a perspectiva dos estudos sobre Etnicidade e Patrimônio Cultural afro-brasileiro. Nesse propósito, a comunicação se propõe a debater os processos organizativos dessa rede, ao passo que é constituído produções simbólicas e as territorialidades agenciadas por estes agentes em busca de seus direitos étnico-raciais.

[Trabalho completo](#)

A trajetória da OPIAJ na implementação da PNGATI no sul do Amazonas: da ação política à ação administrativa

Autoria: Chris Lopes

Neste work disserto sobre a trajetória da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ) na implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI) no município de Pauini, região do sul do Amazonas, no Brasil. Trago dados preliminares uma vez que o artigo resulta de minha pesquisa de doutorado em andamento, onde discuto a participação do movimento indígena Apurinã articulado às novas práticas administrativas do indigenismo no Brasil. OPIAJ foi criada em novembro de 2004 como articuladora da efetivação dos direitos indígenas em Pauini. Nascida da iniciativa e luta de lideranças indígenas vinculadas ao movimento indígena acreano, a OPIAJ tem suas raízes ideológicas bastante próximas às dos povos indígenas daquele estado, especialmente daqueles povos que compõem o vale do rio Purus. Em meados dos



anos 2011, a OPIAJ passou a integrar a base indígena da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) e nos anos seguintes, desde então, vem endossando as discussões e ações voltadas para os povos indígenas de uma região mais abrangente: o sul do Amazonas. É no contexto da realidade vivenciada no sul do Amazonas, como as ameaças latentes de expropriação de terras e direitos indígenas que a OPIAJ vem estruturando a sua atuação. Nessa trajetória, interesse-me pela experiência desenvolvida por esta Organização na implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas, mais precisamente, a partir de sua coordenação no projeto “Utsamanery: Povo no caminho da terra sagrada”, financiado pelo convênio entre o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a USAID, que desenvolve ações nas sete terras indígenas do município de Pauini e colocando a OPIAJ na linha de frente das discussões no sul do Amazonas junto às demais organizações indígenas da região. O contexto do projeto Utsamanery retrata as atuais reivindicações do movimento indígena organizado que não é somente pela conquista da terra, mas, sim, pela gestão da vida nela, cujo mecanismo administrativo é a PNGATI.

Casamentos interétnicos indígenas em Manaus: trajetórias de vida e processos de territorialização

Autoria: Clayton de Souza Rodrigues

A pesquisa de doutorado em curso analisa as alianças matrimoniais e a partir delas a dinamização das redes de relações políticas dos indígenas residentes na região metropolitana de Manaus, buscando representar através de mapas situacionais suas relações matrimoniais e os seus impactos nos processos de territorialidade e territorialização. Tem como objetivo geral, refletir através de instrumentos teóricos ao campo do método genealógico e da cartografia social acerca das relações matrimoniais interétnicas dos povos indígenas residentes na região de Manaus. Como objetivos específicos: descrever etnograficamente os processos de mobilidade, territorialidade e territorialização indígenas na em Manaus; identificar os arranjos matrimoniais indígenas e sua relação com os processos de mobilidade, fixação, territorialidade, territorialização e identidade étnica e produzir mapas situacionais e genealogias junto aos povos e comunidades indígenas focos da pesquisa. Esta pesquisa se utilizará do método etnográfico (GEERTZ, 1989); (CLIFFORD, 1998); (MALINOWSKI, 1978), acompanhada de entrevistas, registros audiovisuais, depoimentos e de pesquisa em fontes documentais. Também integrará parte dos procedimentos metodológicos, a construção de genealogias à luz do método genealógico na Antropologia clássica (MORGAN, 1997); (RIVERS, [1910] 2009); (LÉVI-STRAUSS, 1976; 1993; 1982; 2004; 1996), dentre outros, e debates atuais sobre apontamentos dessas teorias genealógicas na intenção de pensar os novos modelos de alianças interétnicas experimentados por vários povos indígenas que se encontram na capital do Estado do Amazonas. A reflexão sobre etnicidade pode ser ainda auxiliada nas leituras de (OLIVEIRA, 1998); (ERIKSEN, 1996); (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976); (CUNHA, 2009); (WOLF, 1998); (COHEN, 1969; 1974); (BAINES, 2009). A discussão acerca dos modelos de organização social e parentesco em diversas sociedades produziu grande gama de conhecimento sobre as variadas formas de relações de parentesco e de afinidade. Na Amazônia, ainda hoje existem grupos que apresentam modelos pouco ou quase não estabelecidos devido suas particularidades e falta de fontes primárias ou mesmo por falta de esquemas explicativos esclarecedores. No caso de casamentos em Manaus algumas questões parecem aflorar empiricamente: as alianças entre modelos de parentesco distintas nos casamentos interétnicos, o papel político das mulheres no processo político de territorialização, assim como a reflexão sobre a identidade e principalmente direitos territoriais dos povos indígenas com base nas suas formas organizativas do parentesco e das afinidades.



Cultivando normas e árvores: ensaio sobre a robustez da coleta de castanha na Terra do Meio (Pará, Brasil)

Autoria: Raquel Rodrigues Dos Santos

No Brasil, existem inúmeros conflitos de sobreposição de áreas protegidas que afetam o acesso de comunidades tradicionais à recursos naturais com os quais praticavam atividades essenciais para a manutenção do seu modo de vida. Este work pretende mostrar a robustez da coleta de castanha (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) por beiradeiros/extrativistas da Terra do Meio (sul do estado Pará, bacia do Rio Xingu, Brasil), há mais de 10 anos após a criação de uma área protegida de uso restrito em castanhais usados há mais de um século. Para isso, foi feita uma etnografia, durante a coleta de castanha por famílias beiradeiras/ribeirinhas no ano de 2017. Mostrarei que áreas hoje vistas e interpretadas nas imagens de satélite como ?uma imensidão verde? são na verdade historicamente geridas e manejadas por aquelas famílias. As reflexões a partir dessa comunicação contribuem para a gestão compartilhada de territórios prioritários para a conservação da biodiversidade.

[Trabalho completo](#)

Dos bailes do passado à Festa da Tainha: as festas como estratégia de luta política da Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia, Ibituba/SC

Autoria: Nathália Dothling Reis

Durante minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2016 e 2018, fiz work de campo em duas comunidades quilombolas em Santa Catarina, buscando entender a predominância de mulheres nas lideranças das comunidades quilombolas. Uma das comunidades foi a Aldeia, localizada em Ibituba, litoral sul de SC. Comecei o work de campo na Aldeia com um grande almoço aberto ao público e terminei com a tradicional Festa da Tainha, que já ocorre desde 2004 e atrai pessoas brancas e negras de toda a região de Garopaba, Ibituba e até Florianópolis. Tive a maravilhosa oportunidade de ajudar na organização da festa e percebi o empenho de parte das moradoras e moradores para que a festa se realizasse. Nas conversas com as pessoas dali e também da Toca de Santa Cruz, a outra comunidade que pesquisei, era comum a narrativa sobre a separação entre pessoas brancas e negras nos bailes mais antigos. Em sua dissertação de mestrado sobre os bailes e festas na Aldeia, Ana Lúcia Faria (2013) também traz essas narrativas referentes às separações entre brancos e negros. De acordo com a autora, essa separação é anterior à própria colonização do território brasileiro, começando em Lisboa, quando os negros não eram aceitos pelos brancos nas confrarias e acabaram criando suas próprias instituições. Segundo ela, isso também ocorreu no Brasil; assim, a população negra sendo excluída das festas brancas, acabou criando suas próprias festividades e irmandades negras, o que também se confirmava nas narrativas de minhas e meus interlocutores da Aldeia e da Toca de Santa Cruz. Dessa forma, os bailes eram espaços de sociabilidade, de manutenção de laços de parentesco, de resistência ao racismo e estabelecimento de relações internas e externas. No caso da Aldeia, que é quase que predominantemente exogâmica, as festas eram também os meios de estimular os matrimônios entre a população negra. De acordo com o que pude vivenciar no work de campo, a Aldeia continua sendo muito festiva e encontra nas festas uma forma de lazer, mas principalmente de resistência e meio de arrecadar fundos para melhorias na comunidade. Portanto, esse work pretende mostrar como a atualização das antigas festas negras na Comunidade Aldeia tornou-se um meio importante de luta política, de mobilização das e dos moradores, de aliança com outras comunidades quilombolas da região e movimentos sociais, uma maneira para lidar com os poderes políticos locais e celebração da resistência histórica ao racismo.



e Desafios no Perfil, formação e Gestão Educacional do Ensino Fundamental de uma Escola Pública da Educação do Campo e da Floresta em Benjamin-Constant-AM.

Autoria: Gilberxe Santana Penaforte, Mnda Gilcirley Santana Penaforte (PPGSCA/UFAM).

A pesquisa científica objetivou analisar os avanços e desafios no perfil, formação e Gestão Educacional do Ensino Fundamental de uma Escola Pública da Educação do Campo da Floresta em Benjamin Constant-AM. Servindo como arcabouços metodológicos, a pesquisa de natureza qualitativa, no método de abordagem fenomenológico, utilizando-se as técnicas e instrumentos para a coleta de dados: observação participante; questionário com perguntas abertas e o caderno de campo. Tendo como principais teóricos: Saviani (2003-2008), Leite (2002), Tardif (2002-2006), Contreras (2002), Arroyo e Fernandes (1999), entre outros autores indispensáveis para o desfecho e compreensão dos desafios encontrados pelos educadores no processo de ensino-aprendizagem, em consonância com a gestão escolar. Justifica-se esta pesquisa pelo motivo de se ter a necessidade de conhecer o perfil, formação e a gestão educacional dos sujeitos investigados, que contribuirá também, para que os representantes estaduais e municipais da educação da zona rural, assim como coordenadores, apoio pedagógicos, professores, alunos da rede pública, estadual e municipal, reflitam na maneira de como os profissionais e educadores vem enfrentando diversas dificuldades no ambiente de work, e a forma como vem sendo executadas nossas políticas públicas para a efetivação de melhores condições de work. A pesquisa demonstrou que os professores possuem o perfil para atuar nas Escolas do Campo, pois a maioria declarou gostar de trabalhar na instituição de ensino. Em contrapartida considerou-se que somente um professor destacou que não diferencia a educação do campo com a educação urbana. Entretanto, a construção de um corpo profissional específico só se dará por meio de políticas públicas específicas, porque sem ela os esforços são em vão. Observou-se que os desafios na prática educativa docente e gestão educacional da escola pública da educação do campo da floresta, foram à falta de formação e capacitação continuada, tanto para os professores como para a coordenadora e supervisor, sendo inexistente a aplicação de investimentos nesses profissionais e na Gestão Educacional da Escola, a qual impossibilita uma melhor organização do work pedagógico, que realmente atenda as necessidades populacionais da Comunidade Recanto do Beija Flor, e a capacitação só está presente em letras no papel sendo direito, mas que na ação de fato ainda deixa muito a desejar, não sendo executada com os professores de comunidades indígenas e ribeirinhas.

[Trabalho completo](#)

Estado e cidadania: um olhar sobre os direitos indígenas no atual cenário político brasileiro.

Autoria: Giovanna Gabrielle Costa Lourinho, Luiz Guilherme Alfaia da Silva.

Este work visa fazer uma investigação de como estão sendo outorgados os direitos indígenas no atual cenário político brasileiro, a partir do ano de 2016, em que foram aferidas manobras institucionais para a privação de direitos à terra, educação, diversidade e saúde a estes povos. Isto é, de que forma o Estado tem influído para a garantia desses direitos? Nossa hipótese é de que o mesmo utiliza-se de articulações políticas para a promoção de um retrocesso, no que tange as conquistas geradas pelos novos ordenamentos constitucionais e legais para o favorecimento do Estado e de terceiros, seguindo assim um caminho contramão, no que concerne os direitos indígenas. Portanto, o objetivo deste work é compreender como estão ocorrendo esses retrocessos no atual âmbito político brasileiro e quais são os impactos provocados por estes no contexto estatal e indígena. Para isso, far-se-á uma análise documental das principais deliberações postuladas pelo



Estado, em relação aos povos indígenas, tais como PEC 215, Parecer 001/2017 da AGU, assim como a utilização de entrevistas para a fomentação de dados pertinentes aos direitos indígenas.

[Trabalho completo](#)

FUI FORMADO E FORJADO COMO PROFESSOR INDÍGENA: a busca pela materialização da educação escolar específica e diferenciada em território Munduruku

Autoria: Romy Guimarães Cabral

O presente ensaio traz para o cenário acadêmico implicações teórico-práticas sobre o contexto educacional que se desenvolve nas escolas indígenas, existentes na terra indígena Kwata-Laranjal. Este delinearão não somente a trajetória de formação de professores indígenas Munduruku, bem como trará à tona a legislação que assegura essa formação, na intenção de problematizar realidades face às diretrizes que alicerçam essa construção. Objetiva-se refletir sobre as bases orientadoras (legislação, políticas públicas, projetos curriculares e projetos comunitários) em conjunção/disjunção a um projeto ou intencionalidade coletiva indígena. No Estado do Amazonas, o projeto que iniciou e encaminhou a formação de professores indígenas foi o Projeto Pyra-Yawara, da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC-AM), renomeado e redesenhado na terra Munduruku como Projeto Kabiará. Especificamente, traremos desenhos dos cotidianos, avanços e perspectivas das escolas das aldeias Kwata e Laranjal, segundo avaliação institucional realizada pelo Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas (CEEI-AM), no início do segundo semestre do corrente ano.

Garantia de direitos em rede: pensando a salvaguarda dos povos indígenas em isolamento voluntário a partir de estratégias de autodeterminação política

Autoria: Amanda Villa Pereira

Em tempos de uma notável redução orçamentária no âmbito das políticas voltadas aos povos indígenas no Brasil, diversas bases de Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE-Funai) foram fechadas recentemente, tornando os grupos em isolamento voluntário ainda mais vulneráveis em seu território às iniciativas exploratórias dos recursos da floresta. Ao mesmo tempo, é possível observar um crescente engajamento dos povos que vivem nas cercanias das áreas em que se encontram os isolados, como no caso dos Guardiões da Amazônia - que tomaram para si a missão de patrulhar o território para seus familiares Guajajara e também para os isolados Awá, com quem dividem a Terra Indígena Araribóia - e de um encontro exclusivamente entre lideranças do Vale do Javari, em que o destino de indígenas Korubo em isolamento foi uma questão discutida em destaque. Este work pretende tratar das ações conjuntas entre indígenas contatados e funcionários competentes que vêm aparecendo não apenas enquanto uma maneira de contornar a ausência de recursos para essa situação, mas também como uma nova proposta de manutenção das questões indígenas, rumo ao aumento da autodeterminação reivindicada desde a efervescência dos movimentos indígenas no final da década de 1980, tendo como ponto central o caso da Terra Indígena Massaco, em Rondônia.

JENIPAPO-KANINDÉ: processo de emergência étnica e estratégias de mobilização política.

Autoria: Thaynara Martins Freitas

Com a promulgação da Constituição de 1988, que garante direitos específicos e diferenciados aos povos



tradicionais, deu início, no Ceará, ao processo de emergência étnica de seus povos indígenas, anteriormente silenciados pelo Relatório Provincial de 1863 que extinguiu a presença indígena no estado. A partir deste contexto, a presente proposta tem por objetivo, apresentar o processo de emergência étnica vivenciada pelos Jenipapo-Kanindé, comunidade indígena situada no município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza e organizados a partir do início da década de 90. Assim, seu processo histórico, a atual organização social e política, os agentes colaboradores, suas estratégias e ações pela busca, reconhecimento e fortalecimento de seus direitos reivindicados e conquistados, serão foco da comunicação. Palavras-chaves: Jenipapo-Kanindé; mobilização política; emergência étnica

Laudos periciais antropológicos no judiciário brasileiro: práticas e sentidos de justiça em conflitos socioambientais

Autoria: João Vitor Martins Lemes

As identidades e territorialidades dos povos e comunidades tradicionais são garantias muito recentes no Brasil. Estes sujeitos foram subjugados e marginalizados no processo de formação político-territorial nacional e, somente com a Constituição democrática de 1988 iniciam-se movimentos para reparação desse processo de subjugação/exclusão/marginalização. Todavia, apesar da clara garantia no ordenamento jurídico pós-CF/88, no plano material essas identidades e territorialidades não são efetivamente asseguradas, em razão de dificuldades do Estado em diversas ordens, sobretudo no contexto dos conflitos socioambientais que os processos de desenvolvimento ocasionam. Dentre todos os desafios, o principal é a assimilação da existência de identidades coletivas e o reconhecimento das mesmas no âmbito do sistema de justiça. A partir da compreensão de que o saber jurídico por si só não é capaz de dar ao Estado o aparato suficiente para a efetivação das demandas territoriais tradicionais, necessita o direito, na maioria das vezes, de recorrer à antropologia e às categorias proporcionadas por esse campo do saber, como a identidade, a etnicidade, a territorialidade, por meio das discussões nos laudos periciais antropológicos. As perícias antropológicas representam, assim, um relevante instrumento para a garantia das territorialidades tradicionais, capaz de superar os desafios materializados às comunidades no acesso aos seus territórios, uma vez que possibilitam a discussão das categorias que o direito e, conseqüentemente, o Estado, não alcançam, como, por exemplo, a compreensão de quem são esses novos sujeitos reconhecidos que não se encaixam na caracterização de sujeito da modernidade, considerando que essas comunidades não podem ser simplesmente integradas nos códigos de forma uniforme porque afinal, cada povo é único. Dessa forma, considerando o descompasso gerado pelas dificuldades estatais em lidar com as diversidades culturais e partindo do pressuposto que as contribuições do saber antropológico e, especialmente, as perícias antropológicas nos processos judiciais, apontam novos caminhos no sentido de superação dos obstáculos impostos à garantia dessas territorialidades, a presente proposta propõe-se refletir, a partir de estudos de casos no sistema de justiça nacional, de que maneira os laudos periciais antropológicos contribuem para a legitimação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, a partir da inserção de subsídios para que decisões jurídicas sobre as vidas de grupos humanos respeitem ao máximo suas dinâmicas socioculturais.

[Trabalho completo](#)

Mulheres na Cadeia da Pesca: legislação e (des)regulamentação de direitos em comunidades pesqueiras do litoral fluminense

Autoria: Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Luceni Medeiros Hellebrandt



O presente work é um desdobramento do projeto financiado pelo FUNBIO intitulado "Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas litorâneas", desenvolvido por equipe multidisciplinar da UENF, cujo objetivo é elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais que vivem mulheres das comunidades pesqueiras nos municípios de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. A partir da análise das leis nº 10.779/03 e nº 11.959/09; e dos decretos nº 8.424/15 e nº 8.425/15, que dispõem sobre o seguro desemprego durante o defeso e sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), buscamos avaliar o aprofundamento das desigualdades de gênero promovido pela falta de reconhecimento e seguridade ao work feminino na cadeia produtiva da pesca. Embora as mulheres tenham papel fundamental em atividades como separação e filetagem de peixes; beneficiamento e venda de produtos; ou manutenção de equipamentos de pesca, a categoria "pescadora" começa a aparecer na legislação apenas a partir de 2015. Antes, a referência de que existem outras pessoas envolvidas na cadeia produtiva é encontrada no termo "regime de economia familiar". Entretanto, as leis que discorrem sobre direitos previdenciários ignoram as etapas pré e pós atividade pesqueira, tornando "pesca" sinônimo exclusivo de "captura". Na esteira da fragilização dos direitos conquistados a partir da Constituição de 88 face ao atual contexto sociopolítico brasileiro, o decreto nº 8.967/17 revogou o de nº 8.425/15, que garantia a inscrição no RGP aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal, ou seja, pessoas que exercem works de confecção e de reparos de artes e petrechos, consertam embarcações de pequeno porte ou atuam no processamento do produto. Além da legislação supracitada, a vulnerabilidade das trabalhadoras da pesca agrava-se mediante a desigualdade por elas vivenciadas em seus contextos sociais relativa às expectativas direcionadas aos papéis de gênero, isto é, o não reconhecimento profissional de sua (auto)identidade de pescadora; a jornada laboral e a remuneração diferenciadas; e a restrição ao acesso de locais e equipamentos necessários à pesca, tais como as águas marítimas ou as embarcações. Neste sentido, o work analisa a definição conceitual do que é a identidade do(a) pescador(a), considerando não apenas a legislação, mas seus saberes e práticas, e avalia a situação das mulheres nesse contexto: seu (auto)reconhecimento social; sua posição e importância na cadeia produtiva; sua (des)igualdade política diante de conflitos socioambientais; e os problemas de gênero que afetam sua seguridade e garantia de direitos.

[Trabalho completo](#)

O quilombo na cidade: Notas etnográficas sobre uma ocupação quilombola

Autoria: Claudiane de Fátima Melo de Sousa, Petrônio Medeiros Lima Filho

Neste work buscamos recontar a partir da perspectiva antropológica a Ocupação quilombola do INCRA em Belém do Pará. Rotineiramente o INCRA tem suas dependências ocupadas pelos movimentos sociais do campo. No entanto, em 2017 foi a primeira vez que a superintendência do INCRA em Belém foi ocupada pelo movimento quilombola. Uma ocupação que buscou recriar o quilombo na cidade e que possibilitou um novo rumo na política para territórios quilombolas no âmbito dessa superintendência e também fez reviver o ânimo e as esperanças daqueles que lutam pelo direito ao seu território.

[Trabalho completo](#)

OS "COLETIVOS" ENTRE O EUCALIPTO E A CASTANHA: estratégias de territorialidade em Repartimento dos Pilões, Almeirim-PA.

Autoria: Malenna Clier Ferreira Farias, Malenna Clier Ferreira Farias Luciana Gonçalves de Carvalho

Este work quer demonstrar, por meio de abordagem etnográfica e observação participante, como diferentes formas de ocupar a terra se expressam em disputas territoriais e conflitos socioambientais em uma



comunidade agroextrativista na Amazônia. O local do estudo é Repartimento dos Pilões, em Almeirim-PA, onde os moradores se dividem entre ?coletivos? e ?individuais? em função de distintas representações e expectativas de direitos de acesso a terra e uso de recursos naturais. Os ?coletivos? reivindicam a criação de uma Reserva Extrativista como garantia de acesso aos castanhais que exploram desde a década de 1960 e como proteção contra o modelo de manejo florestal do Grupo Jari, um empreendimento que ocupa áreas reivindicadas pela comunidade para realizar plantio de eucalipto com vistas à produção industrial de celulose. Os ?individuais? se opõem à Resex, desejam receber títulos de propriedade individuais e mantêm uma relação estreita com a empresa como estratégia para estabelecer um modo de vida diferenciado em relação aos "coletivos". O foco da etnografia, portanto, recai sobre as formas de organização sociopolítica dos grupos em disputa, não só perante o Estado, mas também entre si. Conclui-se que os ?coletivos?, principais interlocutores da pesquisa, mantêm práticas ecológicas, políticas, sociais e culturais que não excluem apropriação individual de recursos, conquanto se orientem por uma relação de troca e negociação com outros agentes do território que ocupam historicamente, o que lhes tem conferido o direito a terra, bem como a diferenciação em relação aos ?individuais?.

[Trabalho completo](#)

Quilombolas e árdua luta pela titulação de suas terras em Minas Gerais, um estado sem quilombos titulados

Autoria: Claudelir Correa Clemente

Apesar da significativa presença de comunidades rurais negras em todo estado de Minas Gerais, até o ano de 2018, não temos no estado mineiro quilombos titulados. Entre as comunidades quilombolas mineiras que se encontram em processo de titulação, temos o caso do quilombo da Família Teodoro de Oliveira e Ventura, habitantes da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa comunicação busca, através das experiências sociais dessa família quilombola, evidenciar alguns aspectos da realidade brasileira no final da década 2010, em especial aqueles que envolvem as populações negras e seus enfrentamentos com setores poderosos do mundo contemporâneo, a saber: as elites que defendem o capital rural, autoras da ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3239) que buscou aniquilar o decreto presidencial 4887/03; e, os enfrentamentos com capital transnacional cuja perspectiva é ampliar seus poderes através da compra de terras brasileiras. A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é atualmente alvo da especulação do mercado de terras, devido à descoberta de metais raros e demais elementos químicos que fomentam o enriquecimento de mineradoras transnacionais, sendo que nessa localidade a Família Teodoro de Oliveira e Ventura é uma das principais frentes de oposição ao agronegócios e a exploração mineral. Ao longo da presente comunicação buscaremos destacar que as relações entre transnacionais e comunidades rurais caracterizam-se pelo embate, entre formas de conhecimento e práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território, revelando agenciamentos políticos e simbólicos que reconfiguram a experiência quilombola no estado Minas Gerais.

[Trabalho completo](#)

Termos de Uso e direitos territoriais: o caso da Comunidade Remanescentes de Quilombo do Ariramba

Autoria: Valentina Calado Pompermaier

O work apoiou a formulação de uma minuta de Termo de Uso (TU) junto à Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Ariramba (ACORQA), entidade representativa da comunidade homônima, situada no município de Óbidos, na fronteira com Oriximiná. O documento é uma demanda da referida



comunidade, junto ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), para a regularização do acesso e uso de recursos naturais no interior da Floresta Estadual (Flota) do Trombetas. Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável criada em 2006, dois anos depois que a comunidade do Ariramba solicitou a titulação das terras ocupadas. Desde então, o território pleiteado pela comunidade esteve parcialmente sobreposto à Flota do Trombetas. Mesmo com os recentes avanços no processo, parte da área reivindicada pela comunidade não foi incluída no território em vias de titulação, gerando a necessidade do Termo de Uso para acessá-las. Assim, a comunidade permanece em um contexto de fragilidade jurídica e, conseqüentemente, de insatisfação, uma vez que as políticas propostas pelo Estado acabam sendo descumpridas por ele próprio. Apesar disso, a comunidade reúne esforços para reunir, compreender e atender às demandas dos órgãos públicos, de forma a garantir seus direitos territoriais. A reunião de elaboração da minuta do TU expressa um desses esforços. Desse modo, o work partiu de estudos bibliográficos e levantamento documental de outros Termos de Uso em andamento no Ideflor-bio ?, sistematizando as informações consultadas para reunião de elaboração da minuta. O work desenvolvido junto à comunidade foi essencial tanto para iniciar o processo de construção do TU, quanto para o processo de aprendizado antropológico. Deste work, depreende-se a possível, senão provável, incapacidade do TU de satisfazer às expectativas do grupo. Nesse sentido, a necessidade de um TU para a comunidade do Ariramba configura uma subordinação ao controle estatal, evidenciando contradições na política socioambiental. Ainda, a morosidade destes processos representa uma ameaça aos direitos das comunidades tradicionais, que se veem compelidas a reformular suas formas de organização política, face a juridicização das relações sociais que permeiam as novas dinâmicas da realidade rural na Amazônia.

[Trabalho completo](#)

Terras tradicionalmente ocupadas às margens do rio São Francisco: violências, denúncias e inoperância do Estado em Minas Gerais.

Autoria: Luciana Maria Monteiro Ribeiro, Elisa Cotta de Araújo Felisa Anaya Cançado Cláudia Luz de Oliveira Ana Paula Glinfskoi Thé

Em 14 de agosto de 2018, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) protocolaram ofício na presidência da República, no qual solicitam a imediata revogação do Decreto nº 6.040/2007 e a suspensão dos processos demarcatórios embasados nesse normativo, como aqueles que vêm sendo deflagrados pela SPU às margens do rio São Francisco, em Minas Gerais. Nos dias seguintes, algumas matérias de jornais de grande circulação trataram do fato, mas não conseguiram instruir os seus leitores, com uma mínima caracterização dos interesses em conflito e dos grupos sociais envolvidos, o que aponta para a invisibilidade social dos ribeirinhos do São Francisco, apesar das mobilizações sociais e lutas por reconhecimento de comunidades tradicionais autoafirmadas como pesqueiras, vazanteiras e quilombolas já perdurarem mais de 10 anos. A proposta deste texto é apresentar pesquisa documental realizada nos autos de inquérito civil público aberto pelo Ministério Público Federal em Montes Claros em 2014, para tratar de denúncias de violência praticada contra a comunidade de Caraíbas pelo fechamento de uma estrada marginal ao rio São Francisco, realizada por fazendas e empresas agropecuárias no município de Pedras de Maria da Cruz. A comunidade de Caraíbas é a primeira e única comunidade em Minas Gerais com autorização de uso sustentável (TAUS) concedida pela SPU. A pesquisa documental permitiu compreender o modus operandi dos ruralistas envolvidos no caso e os seus desdobramentos à nível nacional. As empresas agropecuárias acionam meios institucionais e legais para questionar o TAUS e a etnicidade da comunidade, criminalizam e desqualificam suas lideranças, sob acusação de crimes ambientais. A pesquisa etnográfica permitiu relativizar a criminalização imputada à



membros da comunidade por ruralistas, reduzidos nos autos à nomes citados em boletins de ocorrência, mas que na dinâmica da vida social se apresentam como pessoas morais que organizam a vida ritual da comunidade, como acontece na folia de Bom Jesus, lideranças cujos nomes estão nas listas de defensores dos direitos humanos com a vida ameaçada. Apesar da atuação do MPF, a estrada permaneceu fechada ainda por dois anos e o acesso das crianças à escola é intermitente. Esta estrada pode ser tomada como a expressão simbólica do acirramento do conflito na região envolvendo a apropriação privada das terras públicas, as assimetrias de poder na violação de direitos fundamentais e a sua denúncia, bem como da omissão e inoperância do Estado frente as questões agrárias e a violência no campo. A comunidade continua sua luta e resistência, ameaçada de ter o cancelamento do TAUS pela SPU e por toda a desregulação socioambiental em curso no contexto atual.

Territorialização do agronegócio e experiências de resistência em Santa Quitéria do Maranhão

Autoria: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

O presente work tem por objetivo apresentar os resultados de uma investigação sobre os conflitos e experiências de resistência vivenciadas por pequenos agricultores e ribeirinhos de Santa Quitéria do Maranhão, Maranhão, Brasil, frente o avanço das plantações de eucalipto na região do Baixo Parnaíba Maranhense. Buscando compreender as formas de resistência localmente agenciadas no processo de enfrentamento a empresas multinacionais e seus agentes em Santa Quitéria do Maranhão, pretendemos colocar em tela as tessituras e significados contextuais das lutas por reconhecimento e direito a terra e água nessa região do país. Através do registro etnográfico em contextos rurais pretendemos qualificar as análises sobre as experiências de conflitos e resistências que reproduzem os repertórios tradicionais e desenham as novas formas de enfrentamento ao agronegócio nas pequenas cidades do Nordeste brasileiro. Na primeira parte do texto exploraremos os processos de expansão territorial de práticas agrícolas no estado do Maranhão que buscam, ao menos no discurso, integrar essas regiões do país às dinâmicas da economia nacional e global. A expansão das chamadas “fronteiras agrícolas”, principalmente através do cultivo da soja e o plantio de eucalipto, tem potencializado uma série de transformações no perfil das cidades maranhenses e nas relações sociais, econômicas, ambientais, políticas e organizacionais de seus moradores. Em um segundo momento, pretendemos destacar as diferentes experiências de resistência agenciadas pelas populações rurais do país em suas lutas por reconhecimento e em nome da posse ou recuperação de terras usurpadas. Identificar e compreender as diferentes práticas, narrativas e significados associados à resistência das populações tradicionais pode qualificar a análise das múltiplas modalidades e táticas assumidas pelos movimentos sociais do campo quando tensionados por agentes ligados ao capital internacional. Na terceira etapa do work, refletiremos, a partir dos resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo, sobre o repertório de demandas e estratégias de resistência agenciadas pelos moradores de Santa Quitéria do Maranhão frente os representantes do agronegócio e as implicações teóricas e metodológicas que a compreensão em profundidade das experiências e narrativas desses agentes aponta para os estudos sobre os movimentos sociais contemporâneos. Compreender as dinâmicas das práticas de resistência e os significados que conformam as diferentes estratégias de ação desses coletivos rurais exige do pesquisador, nessa chave interpretativa, estratégias metodológicas que permitam captar as diferentes modulações que o enfrentamento a territorialização do agronegócio assume nas cidades do interior do Brasil.



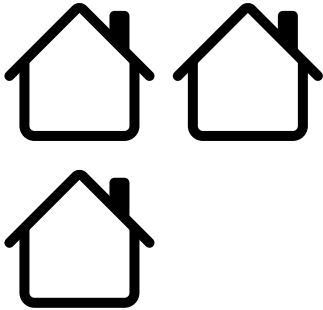
?Eu corro, elas benzem? conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas das benzedeiiras no centro sul paranaense

Autoria: Taisa Lewitzki

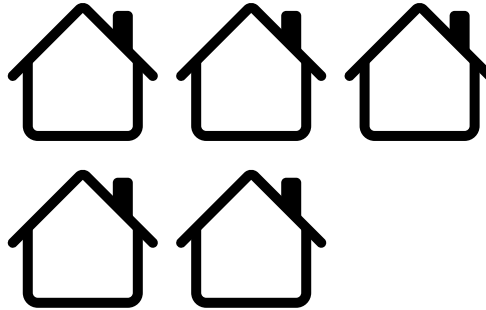
Na região centro sul do Paraná a identidade "benzedeira" agrega diversos ofícios tradicionais de saúde popular, que possuem práticas e saberes de cura diretamente relacionados a sociobiodiversidade da floresta de araucária. São as mulheres que protagonizam o dom de benzer, sendo referências para a saúde física e emocional da população de suas comunidades e bairros, além disso, comumente são responsáveis pelo resgate e memória das festas tradicionais como festejos de santo, romarias de São Gonçalo e mesadas de anjo, tradições importantes para o sistema cultural no qual estão inseridas. Nota-se que historicamente as benzedeiiras sofrem repressão e perseguição de atores antagônicos que representam interesses políticos divergentes ao seu modo de vida, principalmente ao que concerne a instituições religiosas, órgãos de saúde, governos locais e setores do agronegócio, os quais ameaçam a manutenção da forma de ser e viver quanto benzedeiiras (MASA, 2008). Para tanto, na última década as benzedeiiras têm se organizado como uma coletividade de povos e comunidades tradicionais, motivadas pelo processo de emergência étnica dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, associada ao acirramento de conflitos territoriais e as estratégias organizativas adotadas por diferentes grupos que articulam-se através de identidades étnicas e coletivas (ALMEIDA, 2009). As detentoras de ofícios tradicionais de cura inseridas em tal processo, organizam-se no Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), organização sociopolítica que articula e mobiliza benzedeiiras em cidades e comunidades rurais do centro sul paranaense na luta por visibilidade social e conquista de direitos coletivos (LEWITZKI, 2012), tomando configurações próprias no cenário das populações tradicionais. Nesse contexto recente de organização sociopolítica, mobilizações sociais e reivindicação de direitos identitários e territoriais, em que a ocupação de espaços públicos e a apropriação de ferramentas jurídicas passa a fazer parte do cotidiano das benzedeiiras, saberes e práticas políticas são acionadas, articulando regimes de conhecimentos distintos (CUNHA, 2009), por um lado o conhecimento tradicional (benzer) e por outro o conhecimento político (correr). Neste sentido, desde a abordagem etnográfica o presente work busca explorar as trajetórias das benzedeiiras e suas narrativas sobre o Movimento Aprendizes da Sabedoria com o objetivo de refletir acerca dos diferentes regimes de conhecimentos acionados e articulados por elas através do movimento, em que "correr" e "benzer" configuram a forma peculiar das benzedeiiras fazerem política.



Realização:



Apoio:



Organização:

